

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

A presença da ditadura civil-militar brasileira no Uruguai: as conexões repressivas.

Fernandes, Ananda Simões (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Cita:

Fernandes, Ananda Simões (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil). (2007). *A presença da ditadura civil-militar brasileira no Uruguai: as conexões repressivas*. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/1017>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

XI° JORNADAS INTERESCUELAS/ DEPARTAMENTOS DE HISTORIA

Tucumán, 19 al 22 de Septiembre de 2007

Título: **A presença da ditadura civil-militar brasileira no Uruguai (1964-1973): as conexões repressivas**

Mesa Temática nº 114: Estructuras, sujetos y procesos en América Latina contemporánea
Universidad, Facultad y Dependencia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

Autora: **Ananda Simões Fernandes**, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História

Dirección, teléfono, fax y dirección de correo electrónico: Rua José do Patrocínio, 210/302, Bairro Cidade Baixa, CEP 90050-000, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, (55) (51) 3226-0556, anandasimoesf@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul estabeleceram uma conexão repressiva internacional com a Operação Condor, fundada em 1975. Essa conexão instituiu uma rede de cooperação entre si, com o propósito de interligar os sistemas repressivos e de informações entre esses países. Entretanto, o que a Operação Condor realizou foi redimensionar e oficializar relações que já existiam entre os regimes de Segurança Nacional, pois desde 1964, quando o primeiro país de uma série – o Brasil – sofreu o golpe de Estado, foi acionada a coordenação repressiva. O regime civil-militar brasileiro foi percebido como “laboratório” e também como exportador de técnicas repressivas no “combate à subversão”.

Assim, o Brasil exportou certas práticas como a tortura e a detenção de opositores (que no governo Médici tornaram-se sistemáticas), além de promover os “desaparecimentos”, mecanismo inédito no Cone Sul, que permitia ao regime obter uma grande eficiência repressiva aliada a uma responsabilidade mínima. Nesse sentido, a ditadura brasileira colaborou para estender aos países vizinhos mecanismos repressivos que vinham sendo aplicados na sua política interna e que foram importantes na implantação do Terror de Estado nos países do Cone Sul, dentre eles, no caso dessa pesquisa, o Uruguai.

Novos estudos que vêm ganhando espaço no debate acadêmico apontam que o Terror de Estado estava incorporado às ditaduras civis-militares de Segurança Nacional, fazendo-se necessário o seu exame para a compreensão desses regimes ditatoriais.

Sob as diretrizes gerais resultantes da interpretação particular que a DSN [Doutrina de Segurança Nacional] recebeu em cada país e através da guerra contra-insurgente, o aparato estatal extrapolou os limites coercitivos constitucionais, desencadeando práticas e ações que acabaram configurando um sistema de Terror de Estado.¹

Os elementos que podem ser selecionados para caracterizar os regimes de Segurança Nacional no Cone Sul que empregavam o Terror de Estado são o uso sistemático e massivo da tortura, os Esquadrões da Morte, os “desaparecidos” e a internacionalização do sistema repressivo.² Todos os países, em maior ou menor grau, apresentaram esses recursos de controle, repressão e coerção.

Porém, o uso do conceito de Terror de Estado para o caso da ditadura brasileira ainda é objeto de discussão ou então de estranhamento entre os pesquisadores. Irene Cardoso³ considera que a dificuldade de se trabalhar com o conceito de terrorismo para o caso da ditadura brasileira é fruto do próprio Terror de Estado, que acabou por gerar uma Lei de Anistia⁴ que levou ao esquecimento os crimes cometidos durante o regime ditatorial.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa é a análise da História do Tempo Presente, que, nos últimos anos, vem sendo objeto de estudo e reflexão de diversos pesquisadores, como demonstra, por exemplo, a obra coletiva organizada por Chaveau e Tétart.⁵ A História do Tempo Presente, assim como as demais áreas, deve se pautar pela utilização de uma perspectiva global e lógica da história, como se depreende do pensamento de Marc Bloch a respeito: “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente”.⁶ Essa área da História também possibilita chegar-se a conclusões – ainda que provisórias – sobre determinados temas não explorados, conclusões essas muitas vezes dificultadas pela inacessibilidade de diversos arquivos, como no caso da ditadura brasileira. Para se manter a objetividade na História do Tempo Presente, que

¹ PADRÓS, Enrique Serra Padrós. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 875 p. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 93.

² Idem, *ibidem*, p. 93.

³ CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n. 2, 2º. sem. 1990, p. 101-112.

⁴ A condição para que a Lei de Anistia de 1979 fosse aprovada para os presos políticos é a de que os agentes da ditadura brasileira não poderiam ser julgados e condenados.

⁵ CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 65.

Hobsbawm define como o “nosso próprio tempo”,⁷ ela deve ser apreendida através de uma base analítica e processual.

Além disso, essa área da História permite enfrentar uma temática como a proposta, pois apresenta como característica da sua metodologia a percepção de que o conhecimento adquirido é transitório, ou seja, as discussões continuam constantemente abertas e permanentes. Coloca-se, também, a questão do acesso às fontes e da utilização de vários tipos de documentação que paulatinamente estão sendo trabalhadas (arquivos sobre a repressão,⁸ propaganda institucional, memórias de pessoas pertencentes a grupos que começaram a ser resgatados pela historiografia, como os agentes repressivos, ...). Assim, na História do Tempo Presente há a questão da produção constantemente retomada, reavaliada e complementada.

Entretanto, as lacunas documentais são uma das dificuldades encontradas pelo historiador do Tempo Presente. Vários arquivos da repressão não foram abertos ao público. No caso do Brasil, o processo de abertura dos arquivos está se dando de uma forma lenta e gradual, apesar das pressões dos grupos de Direitos Humanos e das Comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Já no caso uruguaio, o governo está se esforçando para disponibilizar ao público os documentos produzidos pela ditadura, entre eles, os dos órgãos diplomáticos.

A VARIANTE BRASILEIRA DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Na década de 1960, começaram a ser instalados regimes civis-militares na América Latina, sendo que o Brasil foi o primeiro país, em 1964, em que o golpe que o constitui era baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada pelos Estados Unidos. No caso brasileiro, à DSN foi acrescentado o projeto geopolítico de expansionismo, já presente na intelectualidade militar brasileira desde a década de 1930, mas notadamente importante a partir da fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Desse modo, o Brasil inaugurou um modelo político de dominação militar, influenciando

⁷ HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 244.

⁸ Enquanto os arquivos da repressão são produzidos pelas instituições, os arquivos sobre a repressão são organizados por grupos de Direitos Humanos, grupos políticos ou, então, pessoais, como denúncia ao regime.

praticamente todos os países restantes da América Latina.

A geopolítica brasileira tinha três objetivos: “a ocupação de um território imenso e praticamente vazio, a expansão na América do Sul em direção ao Pacífico e ao Atlântico sul e a formação de uma potência mundial”.⁹ Também se destacam as teorias de guerra, de revolução e de subversão interna elaboradas pela ESG: “A *Guerra Revolucionária* – conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”.¹⁰

Para a ESG, a guerra revolucionária (ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, que privilegiava a guerra total e a guerra nuclear), devia ser primordial para a variante brasileira da doutrina, partindo do pressuposto de que a União Soviética considerava essa modalidade de guerra como a mais importante para passar a controlar os países do Terceiro Mundo. O mais influente estudo geopolítico brasileiro é *Geopolítica do Brasil*,¹¹ do general Golbery do Couto e Silva. Nele, Golbery expõe as razões que fazem com que o Brasil estivesse destinado a ser uma grande potência. As nações são determinadas por suas condições e posições geográficas. A América Latina, então, em virtude do seu posicionamento geográfico, estaria comprometida com o campo ideológico dos Estados Unidos. O subcontinente latino-americano era de vital importância no quadro das alianças ocidentais com os Estados Unidos na luta contra o comunismo, sendo que, na América Latina, o Brasil seria o parceiro mais importante dessas alianças. “Que posição ocupa, afinal o Brasil nesse Ocidente [...]? A defesa do Ocidente”.¹² A superioridade do Brasil nesse quadro derivava da sua posição geográfica, dos seus recursos naturais e da sua grande população.

Na concepção de guerra revolucionária, a guerra ideológica substituiu a guerra convencional entre Estados delimitados por fronteiras nacionais. Desse modo, o conceito de soberania passou a ser reformulado, pois não se basearia mais em limites e fronteiras geográficas, mas, sim, no caráter político e ideológico dos regimes. Assim, em tese, os países da América Latina poderiam intervir em outros países do subcontinente que

⁹ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 73.

¹⁰ BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976, p. 78. A edição do ano de 1976 foi consultada; entretanto, cabe ressaltar que anualmente eram impressas novas edições, mas sem revisões. Assim, o conceito retirado dessa obra não foi elaborado na década de 1970, e, sim, na década de 1960.

¹¹ SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional: poder executivo & Geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

¹² Idem, *ibidem*, p. 219.

estivessem tendo sua “democracia” ameaçada por movimentos de orientação comunista. Dessa forma, foram estabelecidas as “fronteiras ideológicas”.

Possíveis e reais intervenções militares brasileiras na América Latina ocorreram desde a deflagração do golpe, em 1964. Durante a guerra civil que se estabeleceu na República Dominicana, em 1965, o Brasil enviou oficialmente 1.100 soldados, quando os Estados Unidos decidiram invadir o país da América Central, para derrubar o governo nacionalista de Juan Bosch. Foram constantes as ameaças de intervenção de tropas brasileiras no Uruguai, desde 1965¹³, até a “Operação Trinta Horas”¹⁴, em 1971. O Brasil também contribuiu na preparação do golpe civil-militar no Chile, que derrubou o presidente socialista Salvador Allende, enviando recursos financeiros e material bélico para a organização de direita “Patria y Libertad”, posicionando, também, navios na costa do Pacífico, caso fosse necessária a intervenção.¹⁵

O surgimento de governos com tendências reformistas preocupava a ditadura brasileira: no Peru, em 1968, o general Juan Velazco Alvarado instituiu um regime militar nacionalista; na Bolívia, em 1970, o general Juan José Torres, apoiado por militares de cunho nacionalista e setores populares, destituiu o antigo general governante, com posições conservadoras. Por outro lado, no Uruguai, houve a formação da guerrilha urbana “Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros” (MLN), em 1966. Assim, o governo brasileiro considerava-se isolado na América Latina, rodeado por países hostis: “más temprano o más tarde el país [Brasil] deberá enfrentarse con enemigos localizados en las fronteras”.¹⁶ Criou-se, então, a “Teoria do Cerco”, que postulava que a subversão estava nas fronteiras brasileiras e que a América Latina seria a base logística para o avanço do comunismo no Ocidente. Para os militares brasileiros, o país se transformaria em uma fortaleza sitiada, tornando-se o defensor da civilização democrática e cristã no subcontinente latino-americano.¹⁷

¹³ Em 1965, houve um acordo promovido entre o ministro de Guerra do Brasil, Costa e Silva, e o chefe do Exército argentino, Onganía, para ambos os países intervirem militarmente no Uruguai, caso a atividade sindical ali persistisse. Cf. CHAGAS, Jorge; TRULLEN, Gustavo. *Pacheco: la trama oculta del poder*. 2. ed.. Montevideo: Rumbo, 2005.

¹⁴ Plano arquitetado pela ditadura brasileira para invadir o Uruguai, se a Frente Ampla (coalizão de esquerdas) ganhasse as eleições presidenciais ocorridas em 1971. Trinta horas seria o tempo necessário, segundo estrategistas, para as tropas brasileiras ocuparem o país vizinho.

¹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

¹⁶ SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. México, D. F.: El Cid, 1978, p. 63.

¹⁷ VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Ditadura e resistência democrática*. República Oriental do Uruguai: 1968-1985. 304 p. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-

CUIDANDO DO “INIMIGO INTERNO”: O EXÍLIO BRASILEIRO

Centenas de exilados brasileiros foram procurar refúgio no Uruguai, país que, até a década de 1960, era fortemente marcado pela presença do Estado, com níveis sociais bem altos em comparação com o restante da América Latina. Entretanto, desde 1964, o Brasil, em cooperação com o Uruguai, possuía um sistema de informações para averiguar as ações dos exilados, ainda mais porque a fronteira uruguaia era constantemente atravessada pelos chamados “pombos-correios”, brasileiros vinculados a Leonel Brizola que levavam informações para os exilados e depois retornavam para o Brasil.¹⁸ Em 1965, com a criação, no Uruguai, do “Movimento Nacionalista Revolucionário” (MNR), encabeçado por Brizola, essa rota de passagem começou a ser fortemente controlada e vigiada pelo aparato repressivo brasileiro, pois havia se constituído “o eixo político da rebelião que atemorizava o nascente regime militar brasileiro”.¹⁹

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que existia esse afluxo de brasileiros tendo contatos com os exilados, essa rota de passagem também foi utilizada por espões e agentes policiais que, além de controlarem os exilados que ali estavam, passaram a ensinar e treinar agentes uruguaios nas medidas repressivas, principalmente no tocante à tortura. Integrantes do Esquadrão da Morte ajudaram a esquematizar e a aperfeiçoar o Esquadrão da Morte uruguaio²⁰, que tinha como principal alvo o MLN.

Os tupamaros se anunciaram oficialmente como movimento armado em 1966. Inicialmente, suas ações se restringiam ao estilo “Robin Hood”: assaltavam bancos e distribuíaam o dinheiro entre as camadas pobres da população da capital uruguaia, e denunciavam políticos vinculados à corrupção. A partir de 1968, quando as *Medidas Prontas de Seguridad* (medidas de exceção usadas por um tempo determinado que restringiam liberdades individuais) começaram a ser usadas constantemente pelo governo

Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

¹⁸ No Acervo da Luta Contra a Ditadura há documentação expedida pelo III Exército com listas de nomes de pessoas que estavam foragidos da Justiça Militar, residindo no Uruguai, e das pessoas que frequentavam reuniões de asilados neste país. Fundo: Secretaria de Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Departamento de Polícia do Interior / 11ª Região Policial / Delegacia Regional de Erechim / SOPS/E – 1.2.92.3.1

¹⁹ PADRÓS, Enrique. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. 2 v.. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2005, p. 299.

²⁰ HEVIA COSCULLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333: Uruguay ... ocho años con la C.I.A.* Montevideo: Liberación Nacional, 1985.

uruguaio, os tupamaros optaram pelo confronto aberto e agressivo. Essas medidas levaram ao aumento da repressão policial, sendo que a tortura tornou-se prática comum nos interrogatórios. Desse modo, o MLN é percebido como um produto quase que inevitável dos enfrentamentos que ocorreram no Uruguai, devido à deterioração das relações socioeconômicas, aliado a um contexto internacional de bipolarização, resultante da Guerra Fria e da Revolução Cubana.

O governo brasileiro não estava somente preocupado com o seu “inimigo interno” localizado em outro país, no caso o Uruguai com os exilados. Estava também preocupado com o “inimigo interno” desse país, como a guerrilha tupamara, conforme documento a seguir:

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO CENTRALIZADO DE INFORMAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DE RIO GRANDE

Assunto: PRISÃO DE TUPAMAROS NO CHUY (URUGUAI)

Rio Grande, 07 de junho de 1972.

Em continuidade ao rádio nº. 244/72/DOPS/RG, informamos que Ângelo Silva foi preso como Tupamaro (sedicioso), possuindo ele um bar nas proximidades do cemitério do Chuy (ROU), na vila Samuel onde vivia com uma mulher que se dizia sua esposa.

O nominado exercia ainda a profissão de mecânico.

O comissário do Chuy (ROU), prometeu fornecer uma lista de todos presos sediciosos daquela Vila, bem como suspeitos e os que se evadiram.²¹

Dessa forma, o cenário uruguaio gerou dois tipos de preocupações para a ditadura brasileira. O primeiro, entre 1964 e 1967, pelo fato do Uruguai concentrar importante exílio brasileiro que deveria ser monitorado, controlado e infiltrado, o que levou a ditadura brasileira a pressionar o governo democrático daquele país para que impusesse o cerceamento sobre os exilados. O segundo, entre 1968 e 1972, pela radicalização da situação interna do país vizinho e o surgimento da guerrilha urbana, assim como da Frente Ampla, organizações de esquerda vistas pelo Brasil como potenciais fatores de perturbação da sua segurança nacional e das suas “fronteiras ideológicas”, o que levou o regime brasileiro a contribuir na espiral autoritária desencadeada pelas administrações Pacheco Areco (1968-1971) e Bordaberry (1972-1973).

²¹ Acervo da Luta Contra a Ditadura / Fundo: Secretaria de Segurança Pública / Subfundo: Polícia Civil / Delegacia Regional de Rio Grande / SOPS/RG – 1.2.488.5.2

O SEQÜESTRO DO CÔNSUL BRASILEIRO PELOS TUPAMAROS E SUAS REPERCUSSÕES

Em julho de 1970, o juiz Pereyra Maneli, denunciado de ser conivente com torturadores, foi seqüestrado pelo MLN. Logo depois, também foram seqüestrados o agente norte-americano Anthony Dan Mitrione²², da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), e o cônsul brasileiro, Aloysio Dias Gomide. Os três seqüestros faziam parte do chamado “Plan Satán”, organizado pelos tupamaros.

O seqüestro era uma prática recorrente utilizada pelo MLN, principalmente para a obtenção de informações e denúncias políticas, sendo que os alvos escolhidas eram, segundo Fernández Huidobro (um dos principais líderes do movimento): “personas del régimen, esbirros de la represión, representantes extranjeros, y hombres claves para el gobierno en general”.²³ Para os tupamaros, “las prisiones revolucionarias [...] han demostrado en la práctica ser una de las formas más eficaces de trastornar los planos del régimen. Más eficaces que otras usadas clásicamente como el hostigamiento.”²⁴ Cabe salientar que as ações de seqüestro do MLN não se davam de maneira aleatória, ou seja, resultavam da escolha de alvos que representavam instituições estatais e/ou governamentais uruguaias ou de outros países que ofereciam apoio ao processo de autoritarismo implantado pelo então presidente Pacheco Areco.

Dan Mitrione e Dias Gomide foram os primeiros estrangeiros seqüestrados pelo MLN, sendo que também foi a primeira vez que houve o pedido de troca por prisioneiros políticos. O movimento armado brasileiro inaugurou esse tipo de ação na América Latina, com o seqüestro do embaixador norte-americano, durante o período da Junta Militar, que acabou sendo trocado por quinze presos políticos. Esses seqüestros fizeram parte das ações dos tupamaros, num momento em que estavam abandonando a fase “Robin Hood” para assumir uma postura mais agressiva na ação de desgaste do governo Pacheco Areco.

Dias Gomide, vinculado ao grupo “Tradição, Família e Propriedade” (TFP), foi

²² Mitrione foi seqüestrado por estar vinculado à Companhia de Inteligência Americana (CIA) e por ser responsável por treinar agentes para, através da tortura, extrair informações em interrogatórios de presos políticos. Antes da sua chegada no Uruguai, em 1969, havia passado pelo Brasil, entre 1960 e 1963, e posteriormente, em 1967, e pela República Dominicana, em 1964. Acabou executado pelos tupamaros, uma vez que o governo uruguaio rejeitou trocar a sua liberdade pelos prisioneiros políticos.

²³ FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. *Actas tupamaras*. 2. ed.. Montevideo: TAE, 1987, p. 16.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 17.

libertado pelos tupamaros após ter ficado sete meses seqüestrado na *Cárcel del Pueblo*²⁵ – quando sua esposa conseguiu pagar o resgate, exigido pelo MLN para a sua libertação, após o governo uruguaio rejeitar qualquer negociação com a guerrilha –, postura essa que criou mal-estar nas relações com o Brasil. Entretanto, o governo brasileiro insistia em não negociar diretamente com os seqüestradores, mas pressionou para que o governo uruguaio aceitasse a exigência dos tupamaros, conforme se afere do telegrama enviado da Embaixada do Brasil em Montevidéu para o Itamaraty:

SECRETO URGENTÍSSIMO

Em 31 de julho de 1970.

Seqüestro do Cônsul do Brasil em Montevidéu pelos Tupamaros. Instruções.

Refseutel 244. Como Vossa Excelência terá observado, as instruções contidas no despacho telegráfico nº. 198 são no sentido de que a responsabilidade exclusiva pela segurança e libertação do Cônsul Gomide cabe às autoridades uruguaias. O Governo brasileiro, obviamente, tem o maior empenho na libertação do referido diplomata e fará tudo que legitimamente lhe couber para assegurar quanto antes esse objetivo. Entretanto, não podemos manter entendimento direto com os seqüestradores cujas comunicações só podem ser feitas às autoridades uruguaias.²⁶

Porém, essa foi a atitude oficial da ditadura brasileira. O governo brasileiro teria concentrado unidades de pára-quedistas no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai, enviando também especialistas em contra-insurgência urbana e integrantes do Esquadrão da Morte em busca do cônsul brasileiro, informações que o Brasil se empenhou em desmentir:

Ao mesmo tempo que a diplomacia brasileira pressionava de diversas formas o governo uruguaio para que atendesse às exigências dos seqüestradores, as autoridades de Brasília procuravam, também por todos os meios, evitar ou esvaziar qualquer clima de tensão na fronteira entre os dois países. Assim, a informação de que oito jatos transportando pára-quedistas haviam chegado às proximidades de Santana do Livramento – principal cidade junto à fronteira uruguaia – foi desmentida com energia na última quarta-feira. E, em seguida, o Exército brasileiro anunciou a decisão de suspender manobras militares programadas para junto da fronteira uruguaia, para não haver qualquer possibilidade de mal-entendidos.²⁷

Essa atitude se intensificou a partir da execução de Dan Mitrione. Os tupamaros deram um ultimato ao governo Pacheco Areco: se os presos políticos não fossem libertados, o agente da CIA responsável por ensinar a tortura aos policiais seria

²⁵ Esconderijo da guerrilha com certa infra-estrutura para esconder pessoas por tempo prolongado.

²⁶ Telegrama secreto-Urgentíssimo n. 198 AAA/DSI/922.2 (42) (44) 600 (44). Embaixada do Brasil em Montevidéu.

²⁷ *Veja*, n. 102, 19 de agosto de 1970, p. 35.

assassinado. O governo não cedeu, no que foi apoiado pelos Estados Unidos. O MLN sofreu uma ruptura após a execução, perdendo grande parte do apoio da população, pois esses tipos de ações não eram realizadas pela guerrilha. O governo brasileiro passou a desacreditar de uma solução dada pelo governo Pacheco Areco, principalmente porque considerava que o “inimigo interno” desse país estava controlando o Uruguai:

DA EMBAIXADA EM MONTEVIDÉU
EM /19/ 19/ VIII/ 70
SECRETO URGENTE

SEQÜESTRO DO CÔNSUL DO BRASIL EM MONTEVIDÉU.

348 – QUARTA-FEIRA – 18:20 – LAMENTO NÃO TER NENHUMA NOTÍCIA ANIMADORA A TRANSMITIR A VOSSA EXCELENCIA. O AMBIENTE É, AO CONTRÁRIO, DE PERPLEXIDADE E DESÂNIMO; PARECERIA QUE O PRÓPRIO GOVERNO TEM UMA SENSAÇÃO DE IMPOTÊNCIA. O MINISTRO DO INTERIOR, O HOMEM MAIS FORTE E ENÉRGICO DO GABINETE, COM QUEM CONVERSEI ESTA MANHÃ, NA MISSA OFICIAL POR DAN MITRIONE, DISSE-ME QUE NÃO DEVÍAMOS PERDER AS ESPERANÇAS MAS ERA EVIDENTE QUE ESTAVA MUITO TRISTE E CANSADO. A INTENSA ATIVIDADE POLICIAL DOS ÚLTIMOS DIAS, COM POUCOS ELEMENTOS JÁ ESGOTADOS, TEM DADO PARCOS RESULTADOS; APENAS SE PODE APONTAR COMO EFEITO DAS “BATIDAS” O FATO QUE OS TERRORISTAS TENHAM ABANDONADO EM VÁRIOS LUGARES MUITAS ARMAS E MUNIÇÕES. ENQUANTO ISTO, PARECEM SEREM OS TERRORISTAS OS DONOS DO PAÍS: SEUS PARTIDÁRIOS FALAM ALTO TODOS OS DIAS NO CONGRESSO; A UNIVERSIDADE LANÇOU PROCLAMAÇÃO FRANCAMENTE REVOLUCIONÁRIA, NA QUAL APENAS MENCIONA, SEM DEPLORAR E DE PASSAGEM, “A MORTE ANGUSTIANTE DO ASSESSOR NORTE-AMERICANO DAS FORÇAS DE REPRESSÃO POLICIAL”, A FACULDADE DE DIREITO MANIFESTOU-SE DE FORMA SEMELHANTE; E NO SINDICATO DOS MÉDICOS, UM GRUPO QUE PROTESTOU CONTRA OS SEQÜESTROS RECONHECEU SER “SETOR MINORITÁRIO” DENTRO DO SINDICATO. A JUSTIÇA URUGUAIA, COMO TAMBÉM O MAGISTÉRIO, É MUITO MAIS DO QUE INFILTRADA: É QUASE TODA PARTIDÁRIA DOS TERRORISTAS; ISTO SABÍAMOS TODAS AS PESSOAS INFORMADAS E HOJE ESTÁ DIARIAMENTE NOS JORNAIS; SOB A PROTEÇÃO DOS JUÍZES, OS PRESOS POLÍTICOS CONTINUAM, DAS PRISÕES ONDE SE ENCONTRAM, A COMUNICAR-SE LIVREMENTE COM O EXTERIOR E ATÉ A ORIENTAR A ATIVIDADE DE SEUS COMPANHEIROS DE SEGUNDA LINHA AINDA EM LIBERDADE.
LUIZ BASTIAN PINTO²⁸

Maria Helena Moreira Alves,²⁹ para o caso da ditadura brasileira, percebe ciclos instituídos pelo próprio Estado, pautados por ações de repressão (terror) e liberalização do regime. Para a autora, o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), decretado em 1968, introduziu um

²⁸ Telegrama Secreto-Urgente n. 14294 G/SG/DSI/924.2 (42) (44). Embaixada do Brasil em Montevidéu.

²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed.. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

terceiro ciclo de repressão no Brasil,³⁰ que se caracterizou por expurgos nos órgãos políticos, nas universidades, no aparato burocrático do Estado, “acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes”.³¹ Desse modo, o período mais repressivo da ditadura militar brasileira, o do general Médici, beneficiou-se do AI-5 – que previa, entre outros, a negação do direito de *habeas corpus* às pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional, instituída em 1969. Essa lei era extremamente ampla, permitindo que o Estado estabelecesse o que seria considerado um crime à Segurança Nacional, oferecendo legitimação à repressão de qualquer opositor à política do Estado.

Éder Sader³² considera que o AI-5 (conhecido na historiografia como “o golpe dentro do golpe”) representou a concretização da ditadura militar, pois o período de 1964 a 1968 foi marcado pelos conflitos entre o novo sistema e os setores afetados por ele. O governo Médici apoiou sua base política numa série de políticos e juristas ou com antecedentes ou preferências político-ideológicas fascistas, sendo que, para o autor, as marcas desse período são: o peso desses ideólogos, o autoritarismo do Estado, o exercício do terrorismo estatal e o fator violência. Assim, a tortura e o extermínio tornaram-se práticas comuns na ditadura militar brasileira, pois qualquer canal que pudesse denunciar o terrorismo estatal estava controlado pelo próprio Estado.

Em relação ao Uruguai, o governo Pacheco Areco (1968-1971) tem sido visto como uma administração autoritária que propiciou, paulatinamente, a implantação de medidas que viriam depois a ser ampliadas e consolidadas durante a ditadura civil-militar que se iniciou em 1973 e se estendeu até o início de 1985. Desse modo, práticas como o uso intensivo de medidas de exceção (*Medidas Prontas de Seguridad*), aplicação da tortura, formação de Esquadrões da Morte, censura, repressão aos movimentos sindical e estudantil foram usadas durante o governo de Pacheco Areco. Isso é o que sustentam vários pesquisadores do assunto.³³

Cabe registrar que as Forças Armadas uruguaias foram marcadas por um forte profissionalismo e uma política de abstenção até a década de 1960, quando, na conjuntura

³⁰ O primeiro foi logo após o golpe, com o expurgo de pessoas ligadas ao governo de João Goulart e à repressão física destinada a eliminar a resistência de camponeses e trabalhadores; o segundo foi após o AI-2, que expurgou a burocracia de Estado e os cargos eleitorais. Cf. ALVES, op. cit.

³¹ Idem, ibidem, p. 141.

³² SADER, Éder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

³³ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. LÓPEZ CHIRICO, Selva. *Las Fuerzas Armadas: de la milicia artiguista al Ejército de Seguridad Nacional*. BRUSCHERA, Oscar. *Las décadas infames: análisis político 1967-1985* apud PADRÓS, op. cit., p. 272-282.

da Guerra Fria, os oficiais começaram a fazer os cursos de formação oferecidos pelos Estados Unidos. Entretanto, a atuação dos militares no cenário político uruguaio se delineia a partir do esgotamento econômico que este país vinha sofrendo – aliado às agitações e mobilizações sociais e sindicais, e o surgimento da guerrilha tupamara. Somase a isso a formação da Frente Ampla em 1970. Essa participação das Forças Armadas já começava a ser divisada:

País onde não existe o serviço militar obrigatório, o Uruguai percebeu nestes últimos dias uma participação mais concreta e pouco usual das Forças Armadas na sua vida política. O comunicado distribuído pelo General Antonio Francese, ministro do Interior, fixando a posição de não negociar com os seqüestradores, precedeu a manifestação pública do Presidente Areco e, pelo menos, deu mais condições a Areco para assumi-la.

Ao mesmo tempo em que preparam seus esquemas para a campanha eleitoral do próximo ano, os políticos dos dois grandes partidos tradicionais, ambos divididos em várias alas, se indagam sobre essa importante crescente dos militares e as incertezas que possa significar no futuro de “blancos” e “colorados”.³⁴

Para a busca dos seqüestrados foi planejada a *Operación Rastrillo*, maior operação repressiva até então realizada no Uruguai, que pretendia vasculhar casa por casa em busca dos seqüestrados. Entretanto, esta se mostrou ineficaz, o que acabou alarmando o governo, pois pareceu a este que teria que realizar a troca dos prisioneiros políticos. Houve rumores da possibilidade de um golpe militar, devido à dificuldade de solucionar o impasse dos seqüestros:

DA EMBAIXADA EM MONTEVIDÉU
EM / 7/ VIII/ 10/ X/ 70

SECRETO – URGENTÍSSIMO

Seqüestro do Cônsul do Brasil em Montevidéu.

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO E EXCLUSIVO DO SENHOR
MINISTRO DE ESTADO DO SENHOR SECRETÁRIO GERAL.

282 – Sexta-feira – 16:15 – Devo afirmar novamente à Vossa Excelência minha convicção de que a decisão do Presidente Pacheco Areco de não ceder às exigências dos seqüestradores ora é inevitável porque representa o pensamento do pequeno grupo que tem poder efetivo nas forças armadas e na polícia uruguaia. Houve a princípio alguma divergência entre os membros do Gabinete, mantendo-se numa linha mais inclinada a transações o Ministro do Exterior Peirano e o Ministro da Defesa General Borba; mesmo estes dois alteraram sua posição e já há alguns dias somaram-se plenamente aos elementos da “linha dura”. [...] Não sei o que poderá acontecer nas próximas horas: muito se fala num golpe de estado, para o qual várias correntes vêm pressionando o Presidente; eu mesmo, no entanto, receio que este não conte

³⁴ Veja, n. 101, 12 de agosto de 1970, p. 38.

com força para isso e que, se a isso chegar, não disponha do poder suficiente para manter o país em ordem.
LUIZ LEIVAS BASTIAN PINTO

O papel que as Forças Armadas estavam exercendo no Uruguai também pode ser percebido na resposta do presidente Pacheco Areco transmitida ao general Médici:

DA EMBAIXADA EM MONTEVIDÉU
EM 7/ 7/ VIII/ 70

SECRETO URGENTÍSSIMO

SEQÜESTRO DO CÔNSUL DO BRASIL EM MONTEVIDÉU.

PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO

280 – SEXTA FEIRA – 13:30 – ENTREGUEI À 13:15 MENSAGEM DO PRESIDENTE MÉDICI AO PRESIDENTE PACHECO ARECO O QUAL DEPOIS DE A LER DISSE: ASP QUE POSSO DIZER? ASP FALOU DEPOIS DURANTE CERCA DE DEZ MINUTOS. DISSE QUE COMPREENDIA O DEVER DO PRESIDENTE MÉDICI DE NESTE MOMENTO ENVIAR-LHE MENSAGEM NESTES TERMOS. DISSE ESPERAR QUE SE COMPREENDESSE QUE ELE É APENAS UMA PEÇA NA ENGRENAGEM GOVERNAMENTAL E QUE NÃO É DONO DO PAÍS QUE NÃO É DONO DA POPULAÇÃO NÃO É DONO DO GOVERNO E SOBRETUDO NÃO É DONO DAS FORÇAS ARMADAS PTFN

LUIZ LEIVAS BASTIAN PINTO

Entretanto, qualquer possibilidade de que isso pudesse vir a ocorrer terminou quando, em uma das batidas policiais, Raúl Sendic, o líder histórico do MLN, e mais oito tupamaros foram presos. Porém, a prisão desses integrantes do movimento não ajudou a polícia a descobrir o esconderijo dos seqüestradores. A tortura já era um método utilizado nos interrogatórios, e provavelmente poderia ser utilizada contra os tupamaros presos, o que fez com que os seqüestradores divulgassem um comunicado:

Alguns minutos mais tarde, os nove prisioneiros foram apresentados à imprensa, uma atitude que pode ter sido tomada apenas para mostrar ao povo que a rocambolesca carreira guerrilheira de Sendic estava terminada. Mas a apresentação pode ter sido também uma resposta da polícia a mais um comunicado dos subversivos, deixado horas antes em um bar próximo à Chefatura, em que fizeram, pela primeira vez, alusão à morte dos seqüestrados – se Raúl Sendic ou outro preso sofresse qualquer tipo de tortura.³⁵

Somou-se a isso também a execução de Dan Mitrione. Em menos de duas horas após a descoberta do cadáver do agente da CIA, Pacheco Areco reuniu o Ministério e encaminhou ao Parlamento mensagem acabando com as garantias individuais e

³⁵ *Veja*, n. 101, 12 de agosto de 1970, p. 32.

estabelecendo o Estado de sítio em todo o país. O Congresso entregou ao presidente todo poder que ele precisava – tanto para combater especificamente a “subversão” quanto para se fortalecer no governo, podendo continuar pensando na sua reeleição.

Como os tupamaros perceberam que o governo Pacheco Areco não iria trocar os presos políticos pelo cônsul brasileiro, resolveram, então, pedir um resgate de um milhão de dólares. O governo Médici negou-se a pagar, alegando que não financiaria a subversão. Para tanto, Maria Aparecida Dias Gomide, esposa do cônsul, começou a fazer uma campanha nacional de arrecadação de dinheiro. Enquanto isso, Dias Gomide continuava na *Cárcel del Pueblo*.

Em novembro de 1970, a revista “Veja” publicava com exclusividade o interrogatório feito ao cônsul brasileiro. Este material foi publicado na revista “Panorama”, editado em Buenos Aires, sendo que os textos e as fotos foram mandados por correio. O nome da jornalista, Viviane Koestler, possivelmente era falso. Segue um excerto do interrogatório feito a Aloysio Dias Gomide:

VK – Na sua opinião, qual é o motivo desse seu encarceramento?

AG – Para meus seqüestradores, eu sou um instrumento. E isso é injusto. Nunca fiz mal para ninguém.

VK – Mas o senhor ocupa um cargo diplomático. Não representa o Brasil e não atua em nome desse governo?

AG – Sim, mas as pessoas valem por si mesmas, e não pelo posto que ocupam.

VK – Os seus seqüestradores poderiam pensar que o senhor foi nomeado para esse cargo porque compartilhava as opiniões de seu governo.

AG – Eu concordo com a posição do meu governo. Isso não posso negar. Mas os problemas do Uruguai são problemas do Uruguai e eu não tenho nada a ver com isso.³⁶

A jornalista faz referências constantes à questão de que o cônsul teria sido seqüestrado por ser um representante diplomático do Brasil. Essa vinculação é clara na sua fala, tentando demonstrar que esse era o motivo do seqüestro de Dias Gomide.

Este foi um segundo interrogatório, realizado pelos tupamaros dessa vez:

Pregunta: ¿Qué sabe Ud. sobre la existencia de torturas en Brasil?

Respuesta: Yo no veo la razón de este interrogatorio porque soy un prisionero, pero no estoy obligado a responder preguntas. Yo soy un prisionero, nada más.

P: Hace un tiempo el Ministro de Educación, Cnel. Yardo Espazadiño hizo declaraciones en las cuales reconoció la existencia de esas torturas en Brasil.

¿Que le parece?

R: Yo no conozco ninguna declaración del Ministro Yardo Espazadiño.

P: ¿Ud. sabe que el comisario Fleuri, considerado como un héroe por el gobierno brasileño por haber comandado las acciones que culminaron con el asesinato de Carlos Marighella y de Joaquín Cámara Ferreira, fue identificado por un sacerdote canadiense, como jefe del Escuadrón de la Muerte?

R: Mire, este interrogatorio no tiene sentido para mí.

³⁶ *Veja*, n.º. 114, 11 de novembro de 1970, p. 20.

P: ¿Ud. justifica como cristiano, el asesinato por el Escuadrón de la Muerte, de aproximadamente 700 presos comunes sin juicio previo y sin derecho a la defensa?

R: Como ya les dije todo esto no tiene sentido, esto es una forma de propaganda que están sacando de mí, para Uds.³⁷

Portanto, apesar das negativas constantes do cônsul, os tupamaros o questionaram sobre as técnicas repressivas que o Brasil exportava para o Uruguai – a tortura e o modelo do Esquadrão da Morte.

A “OPERAÇÃO TRINTA HORAS” E O ENCAMINHAMENTO DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO URUGUAI

Além do MLN, outro movimento de oposição ao governo Pacheco Areco foi a “Frente Ampla”, que optou por recorrer ao processo eleitoral, e não à luta armada. Essa Frente possuía um leque de forças que ia desde a centro-esquerda até a extrema-esquerda, sendo também antiimperialista e popular.³⁸ Em 1971, ano de eleições para a presidência do Uruguai, o governo brasileiro resolveu intervir militarmente nesse país, com apoio dos Estados Unidos e da Argentina, caso a Frente Ampla ganhasse as eleições. Tal plano ficou conhecido como “Operação Trinta Horas”, pois esse seria o tempo necessário, segundo os estrategistas, para ocupar o país vizinho.³⁹ Dessa maneira, a concepção do “inimigo interno” se expande, pois esse passa a se localizar também nos países vizinhos, na concepção das “fronteiras ideológicas”. Nessa perspectiva, o seqüestro do cônsul foi importante para o governo brasileiro na possibilidade de posicionamento de tropas na fronteira: “desde o seqüestro do cônsul Dias Gomide, no ano anterior, tropas brasileiras haviam sido mobilizadas sobre a fronteira uruguaia [...] com o intuito de conhecer a região e avaliar as condições de manobra em caso de intervenção”.⁴⁰

Novas declarações vieram a público, em janeiro de 2007, quando em um programa de televisão do Rio Grande do Sul, o general Ruy de Paula Couto, ex-chefe do III Exército, anunciou que foi Pacheco Areco quem solicitou que tropas brasileiras

³⁷ LESSA, Alfonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la via armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Fin de Siglo, 2003, p. 157.

³⁸ A Frente Ampla foi uma coalizão de partidos e de movimentos que agregou comunistas, socialistas, sociais-democratas, democratas-cristãos e dissidentes dos partidos tradicionais (*Blanco e Colorado*).

³⁹ Cf. GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985; PADRÓS, op. cit.; SCHILLING, op. cit.

⁴⁰ PADRÓS, op. cit., p. 302.

invadissem o Uruguai, se a Frente Ampla ganhasse as eleições. Segundo o general brasileiro, o governo uruguaio sabia da possibilidade da invasão ao território do seu país, mas as Forças Armadas não faziam oposição, pois apoiariam um golpe de Estado que mantivesse o presidente Pacheco Areco no governo.

Ruy de Paula Couto foi agregado militar na Embaixada do Brasil em Montevideu, de 1967 a 1969,⁴¹ e amigo íntimo do então Ministro da Defesa do Uruguai, general César Ramón Borba Tadeo, que teria sido responsável pela “Operação Trinta Horas” no plano uruguaio. O Ministro da Defesa havia sido aluno do militar Ruy de Paulo Couto na Escola Superior de Guerra brasileira.

Ainda conforme o general, o governo Pacheco Areco teria pedido auxílio à ditadura brasileira, solicitando apoio militar e ajuda na reforma dos Serviços de Inteligência. Dessa forma, o general Médici o teria enviado a Montevideu para cuidar da situação com o Ministro da Defesa. O acordo entre os dois governos implicava que o Exército uruguaio enviaria oficiais para serem treinados em Porto Alegre, tomando contato, então, com a oficialidade do III Exército do Brasil. É interessante observar como as declarações do general brasileiro repercutiram imensamente na mídia uruguaia, enquanto que no Brasil essas praticamente passaram em branco.

Coma derrota da esquerda nas eleições (apesar das denúncias de fraudes), o dispositivo militar da “Operação Trinta Horas” não precisou ser acionado. A vitória presidencial de Juan Maria Bordaberry (candidato do Partido Colorado) significou a intensificação da política autoritária que vinha sendo aplicada no Uruguai, com o aumento da repressão e da censura, principalmente devido à oposição que vinha sofrendo da guerrilha tupamara e de setores parlamentários. Entretanto, o governo acabou por conseguir a decretação do “Estado de guerra interna” por parte do Parlamento, fazendo com que as Forças Armadas entrassem definitivamente no cenário político uruguaio, principalmente os setores “duros”. Isto acabou levando ao colapso do MLN, e a partir de então, já numa lógica pautada cada vez mais pelo anticomunismo e pela Doutrina de Segurança Nacional, os novos alvos passaram a ser a Frente Ampla e os movimentos sociais. Os setores golpistas uruguaiois receberam ajuda da ditadura brasileira, fornecendo linhas de financiamento ao governo de Bordaberry e ajudando no treinamento ao combate das guerrilhas.

⁴¹ Ruy de Paula Couto encontrava-se na Embaixada brasileira em Montevideu durante as negociações para a libertação do cônsul Aloysio Dias Gomide.

Esse processo de repressão, autoritarismo e presença marcante das Forças Armadas no governo *democrático* acabou resultando no golpe de Estado, em 27 de junho de 1973. A ditadura civil-militar instalada no Uruguai contou com o apoio da sua vizinha brasileira. Poucas são as informações sobre a participação do Brasil no golpe de Estado uruguaio: o que se sabe é que o governo brasileiro “enviou ao Exército do Uruguai centenas de veículos, tais como caminhões e carros Volkswagen, em uma operação da ordem de US\$815.000”.⁴²

Para finalizar, é importante destacar a cooperação que se estabeleceu entre os dois governos ditatoriais, ultrapassando fronteiras nacionais em busca do “inimigo interno” de cada país, que passou a ser do outro país também. Dois casos demonstram essas ações. O primeiro diz respeito ao seqüestro do jornalista brasileiro Flávio Tavares – que estava exilado no México – em Montevideú, em 1977. Tavares estava no Uruguai participando da tentativa de libertar um colega do jornal que estava preso neste país. Seqüestrado pela ditadura uruguaia, Flávio Tavares foi submetido a várias torturas, dentre elas, duas simulações de fuzilamento, sendo oferecido, depois, para a ditadura brasileira. Levando em consideração que o jornalista havia sido banido do país – tinha sido trocado pelo embaixador norte-americano Charles Ellbrick –, quando Tavares fosse mandado de volta para o Brasil, possivelmente seria executado, pois esse era o tratamento dado aos presos políticos banidos que retornavam.

Outro caso diz respeito aos seqüestros dos uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Dias, ocorridos em Porto Alegre, realizados em uma ação conjunta brasileira e uruguaia, na dinâmica da Operação Condor. O casal estava no Brasil montando um dossiê sobre a violação dos direitos humanos no Uruguai. Porém, o seqüestro malogrou porque juntamente com o casal estavam os dois filhos pequenos de Lilian: a ditadura brasileira não possuía a “tradição” de seqüestrar crianças, o que acabou provocando dúvidas referentes à execução da operação. Esse “vacilo” por parte dos agentes repressivos brasileiros propiciou que a imprensa fosse logo avisada, fato esse que a ditadura uruguaia não estava acostumada, logo, não sabendo como lidar com ela.

⁴² BANDEIRA, op. cit., p. 245-46.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, pode-se apreender que, desde o início da ditadura civil-militar no Brasil, o exílio de brasileiros no Uruguai era monitorado e vigiado, pois pelas premissas das “fronteiras ideológicas”, o governo brasileiro entendia que era sua obrigação cercar o “inimigo interno”, mesmo quando localizado em um país vizinho. O surgimento do MLN e da Frente Ampla tornou o Uruguai alvo de preocupações do projeto geopolítico brasileiro de influência regional, sendo o expoente máximo disso a montagem da “Operação Trinta Horas”.

Após a decretação do Ato Institucional n.º. 5 (AI-5), o governo brasileiro qualificou seu apoio à administração Pacheco Areco, exportando a experiência contra-insurgente adquirida no combate à oposição interna e suas técnicas repressivas. Assim, o seqüestro do cônsul brasileiro teria sido uma reação contra o governo que ele representava, denunciando-o também por dar sustentação à espiral autoritária do governo Pacheco Areco (1968-1971) e, posteriormente, do governo Bordaberry (1972-1973).

O Brasil apoiou tanto direta quanto indiretamente o golpe de Estado, e antes já havia exportado para o Uruguai o “modelo” de regime ditatorial, exportando também suas técnicas repressivas, como a tortura e o Esquadrão da morte, além de ajuda financeira. Dessa forma, foi um dos responsáveis pelo Estado de Terror gerado na ditadura uruguaia. A colaboração entre os dois países, a partir de 1973, passou somente a ser mais sistemática, e com a montagem da Operação Condor, essas relações tornaram-se oficializadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARDOSO, Irene. Memória de 68: terror e interdição do passado. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, n. 2, 2º. sem. 1990, p. 101-112.

CHAGAS, Jorge; TRULLEN, Gustavo. *Pacheco: la trama oculta del poder*. 2. ed.. Montevideo: Rumbo, 2005.

CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNÁNDEZ HUIDOBRO, Eleutério. *Actas tupamaras*. 2. ed. Montevideo: TAE, 1987.

GRAEL, Dickson M. *Aventura, corrupção e terrorismo: à sombra da impunidade*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

HEVIA COSCOLLUELA, Manuel. *Pasaporte 11333*. Uruguay: ... ocho años con la C.I.A. Montevideo: Liberación Nacional, 1985.

HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 243-255.

LESSA, Alfonso. *La revolución imposible: los tupamaros y el fracaso de la vía armada en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Fin de Siglo, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. 875 p. 2 v. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SADER, Éder. *Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina*. São Paulo: Polis, 1982.

SCHILLING, Paulo. *El expansionismo brasileño*. México, D.F.: El Cid, 1978.

SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura política nacional. O poder executivo. Geopolítica do Brasil*. 3. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1999.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Ditadura e resistência democrática*. República Oriental do Uruguai: 1968-1985. 304 p. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.